



**CADERNO DE ENCARGOS GERAL**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE:**

**AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO DE  
COBRANÇAS – PAÇOS DE FERREIRA/2017**



**CADERNO DE ENCARGOS – 17 /F/2017**



## ÍNDICE

<b>PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS</b>	<b>3</b>
ARTIGO 1.º - OBJECTO	3
ARTIGO 2.º - LOCAL DA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	3
ARTIGO 3.º - DURAÇÃO DO FORNECIMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	3
ARTIGO 4.º - PAGAMENTOS	3
ARTIGO 5.º - ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO	3
ARTIGO 6.º - SIGILO	4
ARTIGO 7.º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	4
ARTIGO 8.º - PENALIDADES	4
ARTIGO 9.º - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR	4
ARTIGO 10.º - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES	5
ARTIGO 11.º - RESCISÃO DO CONTRATO	5
ARTIGO 12.º - RESOLUÇÃO DO CONTRATO	5
ARTIGO 13.º - PREVALÊNCIA	6
ARTIGO 14.º - LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEL	6
<b>PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS</b>	<b>6</b>
ARTIGO 15.º - PRODUTOS A ADQUIRIR	6
ARTIGO 16.º - SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS A FORNECER PELO ADJUDICATÁRIO	6
ARTIGO 17.º - ENTREGA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	6
ARTIGO 18.º - RELATÓRIOS DE GESTÃO	6
ARTIGO 19.º - PREÇO BASE	6
ARTIGO 20.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	7
ARTIGO 21.º - CONTAGEM DOS PRAZOS	7
ARTIGO 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	7
<b>ANEXO A – DESIGNAÇÃO/QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS BENS A SEREM FORNECIDAS</b>	<b>8</b>



## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS**

#### **ARTIGO 1.º - OBJECTO**

1. Este projeto visa a prestação do serviço PICO, correspondente a serviços de Gestão de Cobrança Integrada de recebimento pelos canais habituais (SIBS, CTT e Payshop) referentes a documentos regulares da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, com base numa estimativa mensal de cerca de 11.111 facturas a clientes, no Continente e nas Regiões Autónomas, de agora em diante designado por "Entidade Adjudicante".
2. O presente concurso tem a seguinte designação: " **17** /F/2017 – Aquisição de prestação de serviço de gestão de cobranças – Paços de Ferreira/2017".

#### **ARTIGO 2.º – LOCAL DA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

Não aplicável

#### **ARTIGO 3.º – DURAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

1. O prestador de serviço obriga-se a concluir a prestação de serviço, com todos os elementos referidos nas cláusulas técnicas (Parte II deste Caderno de Encargos), pelo prazo de 12 meses.

#### **ARTIGO 4.º – PAGAMENTOS**

1. Os pagamentos serão efectuados no prazo de 60 (sessenta) dias após a recepção da factura e devida aceitação.
2. As facturas serão enviadas às entidades emissoras das encomendas ou para o serviço que estas indicarem.

#### **ARTIGO 5.º – ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO**

1. São encargos do Adjudicatário as despesas relativas à prestação da caução (quando aplicável) a que se refere o artigo 10.º do presente Cadernos de Encargos.
2. São responsabilidade do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.
3. São da responsabilidade exclusiva do Adjudicatário todas as obrigações que resultem da utilização directa ou indirecta de direitos de propriedade intelectual designadamente, desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos.
4. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário será responsável pelas reclamações e indemnizará a Entidade Adjudicante de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **ARTIGO 6.º – SIGILO**

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus trabalhadores e colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Entidade Adjudicante.

#### **ARTIGO 7.º – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**


1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da Entidade Adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
  - b) A Entidade Adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exacto e pontual cumprimento do contrato.

#### **ARTIGO 8.º – PENALIDADES**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) O incumprimento do prazo pelo adjudicatário implicará uma penalidade no valor de dez euros, por cada dia de atraso e por cada encomenda com item(s) pendente(s). Os créditos resultantes das penalizações serão deduzidos mensalmente nas facturas ou na caução prestada pelo adjudicatário (quando aplicável a caução).
  - b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Câmara Municipal pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 30 % do valor contratual.
2. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. A Câmara Municipal pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **ARTIGO 9.º – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens,



greves e outros conflitos colectivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte e justificada, bem como deve informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **ARTIGO 10.º - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES**

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, quando o preço contratual for inferior a € 200 000, não é obrigatória a prestação de caução.

#### **ARTIGO 11.º - RESCISÃO DO CONTRATO**

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento por parte do Adjudicatário a verificação de atrasos na entrega dos bens superior a 30 dias, ou a verificação de entregas com bens defeituosos ou a falta de prestação de esclarecimentos, por parte do prestador de serviços, na execução dos serviços contratados.

#### **ARTIGO 12.º - RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal, que produz efeitos 30 dias após a



recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

#### **ARTIGO 13.º - PREVALÊNCIA**

1. Fazem parte integrante do contrato o Caderno de Encargos, o Programa de Concurso/convite e a Proposta do Adjudicatário.

2. Em caso de dúvidas prevalecerá em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso e, em último lugar, a Proposta do Adjudicatário.

#### **ARTIGO 14.º - LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEL**

Os contratos reger-se-ão exclusivamente pela legislação portuguesa, sendo competente para dirimir os eventuais conflitos ou litígios que resultem da sua execução, o foro do Tribunal Administrativo de Circulo de Paços de Ferreira, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

##### **ARTIGO 15.º - PRODUTOS A ADQUIRIR**

1. As especificações dos produtos a adquirir encontram-se expressas no Anexo A do presente Caderno de Encargos.

2. As quantidades de produtos mencionadas no Anexo referido no número anterior são meramente indicativas, podendo ser ajustadas de acordo com as necessidades das entidades adjudicantes, sem que isso implique alterações aos preços apresentados.

##### **ARTIGO 16.º - RELATÓRIOS DE GESTÃO**

Não aplicável.

##### **ARTIGO 18.º - PREÇO BASE**

O preço máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pela prestação de serviço é de 60.399,40€ (sessenta mil e trezentos e noventa e nove euros e quarenta cêntimos), com IVA.

##### **ARTIGO 19.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



**ARTIGO 20.º - CONTAGEM DOS PRAZOS**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**ARTIGO 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Paços de Ferreira, 6 de Março de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
(Humberto Fernando Leão Pacheco Brito)





# ANEXO A

## DESIGNAÇÃO/QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

### 1 – Caracterização do Serviço

Um dos passos importantes do processo associado aos projetos de produção de “Documentos de Cobrança” é, precisamente, o pagamento dos respectivos valores em dívida.

Neste sentido deve-se criar uma solução que responde a este objetivo através do serviço PICO – Plataforma Integrada de Cobranças, o qual permitirá a gestão integrada dos meios de pagamentos mais utilizados: Cobrança postal, Agente Payshop e ou caixa ATM da rede multibanco (ou via homebanking).

Assim, sem haver necessidade de Câmara Municipal de Paços de Ferreira estabelecer uma relação contratual com cada uma das entidades que gere cada canal, a PICO deve permitir a gestão unificada das referências de pagamento para os três canais, efectuando a geração das mesmas conforme o valor da cobrança, e integrando a informação dos pagamentos efectuados na aplicação GCP (Gestão de Cobrança Postal) dos próprios CTT.

O serviço PICO conseguirá, desta forma, reunir informação de todas as cobranças, permitindo identificar o documento pago (referência de pagamento), a data e o meio de pagamento utilizado. Na prática, a PICO permitirá que a referência do pagamento seja única, a prestação de contas (e a respectiva transferência bancária efectuada pelos CTT) seja também única, e que o ficheiro contendo a informação dos pagamentos efetuados seja igualmente único, independente do meio de pagamento utilizado pelo Cliente Final para o pagamento correspondente à liquidação da sua Factura.

### 2 – Valorização do Serviço

Assumindo que o preço para o serviço pretendido deverá incluir todas as tarefas associadas, incluindo o controlo de todos os processos, consideremos as seguintes rubricas:

#### 2.1 Serviço Integrado de Cobranças (PICO – Plataforma Integrada de Cobranças)

A valorização do serviço PICO será dada pela seguinte tabela:

	Adesão (valor cobrado de uma só vez)	Valor Mensal (manutenção)	Taxa (por cobrança)
Serviço			
PICO			